

**ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS NO PROCESSO  
DE RECRIAÇÃO CAMPONESA POR MEIO DE  
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA**

**ANALYSIS OF SOCIO-SPATIAL TRAJECTORIES IN THE  
PROCESS OF RECREATION OF PEASANT THROUGH  
AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS**

**Dinalva Donizete Ribeiro**

Doutora em Geografia  
Universidade Federal de Goiás  
Professora da Escola de Agronomia/Setor de Desenvolvimento Rural  
dinalvadr@gmail.com

**Juliana Carneiro Guimarães**

Mestre em Geografia  
Universidade Federal de Goiás  
Professora do Curso de Educação Física/Campus Jataí  
juguimaraes2004@gmail.com

**Resumo**

Os assentamentos de reforma agrária expressam a materialidade da dinâmica da recriação camponesa, sendo as trajetórias socioespaciais um elemento importante para se compreender tal processo. Aqui se tem o objetivo de analisar as trajetórias socioespaciais dos camponeses do assentamento Rio Claro, situado no município de Jataí (Goiás), evidenciando os diversos fatores que favorecem e/ou bloqueiam o processo de recriação destes. Para tanto, investigou-se as diferentes fases de suas vidas, tanto no período anterior à luta pela terra, quanto posterior, evidenciando o caminho percorrido e como se deu o processo que orientou a constituição do assentamento. Metodologicamente, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com coleta de dados por meio de questionário e entrevista semi-estruturada. Os dados aqui apresentados são fruto de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí.

**Palavras-chave:** Campesinato. Expropriação. (E)Migração. Assentamentos.

**Abstract**

The agrarian reform settlements express the materiality of the dynamics of peasant recreation, and the socio-spatial trajectories are an important element to understand this process. Our objective is to analyze the socio-spatial trajectories of the peasants from settlement Rio Claro around Jataí (Goiás) observing the various factors that favor and / or block the process of recreating them. To this end, we investigated the different stages

of their lives, both in the period prior to the struggle for land, and later, showing the progress made and how was the process that guided the establishment of the settlement. Methodologically, we used bibliographical research, documental and experimental data through questionnaires and semi-structured interview. The data presented here are the result of research developed in the Master's Program in Geography from Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí.

**Keywords:** Peasantry. Expropriation. (E)Migration. Settlement.

## **Introdução**

A discussão ora apresentada reflete sobre elementos que dificultam o processo de recriação camponesa, tendo como realidade empírica, base das análises, as trajetórias socioespaciais dos camponeses do Projeto de Assentamento Rio Claro (PARC), que constitui o objeto de pesquisa e análise da problemática em questão.

O PARC se localiza no município de Jataí, a 50 quilômetros da cidade (homônima). A principal estrada de acesso ao assentamento é a BR-158. As coordenadas UTM da sede do Assentamento são: 400.063 longitude W, 8.047.305 latitude S e altitude de 777 metros.

A área deste assentamento inicialmente fazia parte da fazenda Campos Elísios e foi ocupada em 1996. No entanto, somente em 2006 as famílias conseguiram a posse definitiva da terra. Foram assentadas 17 famílias, numa área total de 485 hectares, tendo cada lote o tamanho médio de 28,5 hectares.

O município de Jataí, assim como toda a microrregião Sudoeste de Goiás, é reconhecido nacional e internacionalmente como expoente produtor de grãos e, mais recentemente, de cana de açúcar, fato este que acaba por secundarizar o debate sobre a expropriação e a luta pela terra na região, visto que os olhares são atraídos para a modernidade agrícola e a fluidez do agronegócio.

Considerando o contexto agrário, agrícola e econômico do Sudoeste de Goiás, a pesquisa realizada teve, dentre outros, o objetivo de trazer para a discussão acadêmica a temática acerca da recriação camponesa em meio ao território do agronegócio nesta microrregião. Para tal, lançamos mão da análise das trajetórias socioespaciais dos camponeses do Assentamento Rio Claro, evidenciando os elementos que favorecem e/ou bloqueiam o seu processo de recriação.

Cabe ressaltar que, o conceito de “trajetória” é utilizado com a finalidade de expressar um percurso que os camponeses fazem durante suas vidas, levando em consideração a relação dialética entre estes e o movimento dinâmico da sociedade.

Compreende-se que as trajetórias representam variadas posições ocupadas sucessivamente por uma mesma pessoa ou grupo e são passíveis de transformações incessantes e, neste estudo, evidenciam o caminho percorrido pelos interlocutores e as opções tomadas por estes, sempre dotadas “[...] de sentido que comporta etapas, tendo um começo, um meio e um fim numa sucessão de acontecimentos que não possuem significados unilineares ou unidirecionais” (CIRQUEIRA, 2010, p. 42).

O eixo de análise, contemplando as trajetórias socioespaciais, segue uma cronologia da história de vida dos interlocutores, tendo em vista um ciclo de três fases: a primeira – na terra; a segunda – sem terra; a terceira – de volta a terra.

Já o conceito de socioespacialidade, representa a dimensão do espaço como a forma materializada, concreta, da realidade onde ocorre a interação constante entre indivíduo/sociedade e suas forças constituintes.

A partir disto, pretende-se elucidar os diferentes fatores que influenciaram e influenciam no processo de recriação camponesa em cada uma destas três fases das trajetórias socioespaciais dos camponeses pesquisados, considerando o impulso às (e das) relações capitalistas de produção no campo brasileiro a partir da década de 1960.

## **Metodologia**

Os procedimentos adotados para a realização da pesquisa primaram pelo enfoque qualitativo, empregando diferentes técnicas de coleta de dados, com especial atenção à pesquisa bibliográfica, que deu suporte para a revisão pertinente à temática e amparou a análise dos dados primários e secundários coletados em campo (MINAYO, 2001).

A pesquisa de campo permitiu a coleta de dados secundários, por meio de fontes documentais, como dados fornecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí (STR-J), Associação do Projeto de Assentamento Rio Claro e Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA, 2008). Permitiu, também, a coleta de dados primários *in loco*, por meio da aplicação de questionário e entrevista semi-estruturada.

O questionário foi respondido por todas as 17 famílias do assentamento, com a

participação de 19 pessoas, entre homens e mulheres. A partir da análise dos dados obtidos nesta etapa se verificou o perfil de cada entrevistado e selecionou-se 13 deles para expressarem suas histórias de vida. A pesquisa junto a estes 13 camponeses foi guiada por meio de entrevista semi-estruturada, a fim de conhecer suas trajetórias socioespaciais.

Os 13 interlocutores que narraram suas trajetórias/histórias de vida, são citados no decorrer do trabalho como Entrevistado 1, 2 e assim sucessivamente, até o número 13, para, desta forma, preservar seus nomes e identidades.

No período da coleta de dados por meio da entrevista, tivemos a oportunidade de nos manter no assentamento por vários dias, com hospedagem no sítio de uma das famílias. Isto foi muito significativo para a apreensão de aspectos do cotidiano do assentamento e das famílias, se configurando numa experiência importante no processo de pesquisa e de aprendizado, tanto pelo contato direto com a realidade, quanto pelo conhecimento adquirido que nos acompanhará no âmbito pessoal e profissional.

## **Resultados e discussão**

Discutir a recriação camponesa pressupõe a superação do debate teórico engendrado por intelectuais dos séculos XVIII e XIX que previa o fim do campesinato em meio às sociedades capitalistas emergentes.

Paulino e Almeida (2010, p. 21) ressaltam que “a história do marxismo revelou que a social-democracia desde a II Internacional (1889), em especial a partir dos escritos de Kautsky e Lênin, operou um reducionismo econômico do pensamento marxista em relação à compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo. Isso significa dizer que prosperou entre os marxistas a tese da homogeneização/unilateralidade das relações capitalistas e, portanto, das formas sociais materializadas na tendência inexorável à concentração da propriedade”.

As obras de Kautsky (1972) e Lênin (1982) analisavam a passagem da agricultura feudal para a capitalista na Alemanha e na Rússia e foram lançadas para preencher um suposto vazio do livro “O Capital”, vazio este devido à leitura contraditória de teóricos sobre os escritos de Marx, quando este apontou que a agricultura deveria ser um ramo da indústria.

Os marxistas afeitos às ideias destes dois autores (Kautsky e Lênin) consolidaram uma vertente teórica ortodoxa e atestaram que o avançar do capitalismo no campo promoveria a concentração da propriedade expulsando os camponeses e tornando-os assalariados.

Nesta perspectiva, a sociedade se tornaria homogênea e composta apenas por duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. De acordo com este entendimento “[...] o campesinato não seria mais do que um resíduo anacrônico que haveria de ser sacrificado nos altares do progresso” (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 53).

No entanto, o capitalismo avançou no campo, modificou as diferentes relações ali existentes dos camponeses, tanto de vida, quanto de trabalho e estes não desapareceram.

Shanin (2005, p. 9) destaca que “[...] os camponeses dão trabalho e problemas para os estudiosos [...] que quebram a cabeça em torno da questão do seu não desaparecimento” e relata que “parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados e, tampouco, são simplesmente pauperizados. Eles persistem ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneiras já parcialmente estudadas por Kautsky”.

Com base neste debate teórico, discutiremos aqui quais os limites e possibilidades de recriação do campesinato em meio ao avanço capitalista, tendo como referência as famílias do Assentamento Rio Claro, conduzindo a análise a partir da concretude da realidade social em que estiveram e estão inseridos, tendo em vista suas trajetórias socioespaciais, conforme as três fases anteriormente citadas, sendo elas: a primeira – na terra, antes de iniciarem suas migrações, morando com seu núcleo familiar de origem; a segunda – sem terra e na luta pela terra; a terceira – de volta a terra, instalados no assentamento Rio Claro, no município de Jataí - GO.

### **A primeira fase das trajetórias socioespaciais: fatores que dificultaram a permanência na terra**

Esta fase das trajetórias dos camponeses pesquisados corresponde ao período compreendido desde o momento em que nasceram, contemplando a saída dos seus núcleos familiares e o estágio das suas diversas migrações pelo território brasileiro. Esta fase corresponde, temporalmente, ao período entre as décadas de 1940 a 1980.

A delimitação deste período é importante, pois corresponde à ocasião de andamento, no Brasil, de mudanças estruturais no campo, resultante da assimilação e consolidação dos ideários da modernização agrícola, que promoveram o avanço das relações capitalistas no campo, com rebatimento direto sobre os camponeses, em função da modificação das relações de trabalho.

Compreende-se que a terra é a condição primeira para o processo de recriação camponesa e a modernização agrícola funcionou como bloqueador deste mecanismo e processo, uma vez que incentivou e promoveu ainda mais a concentração fundiária.

Dentre o grupo pesquisado, identificou-se duas situações distintas em relação à posse da terra. Dos 19 interlocutores que responderam ao questionário, 10 deles moravam em terras próprias, “seus pais eram donos” (expressão utilizada pelos camponeses) da terra. Os demais, não tinham terras próprias e viviam com seus pais e familiares sob a condição de agregados, arrendatários e posseiros.

Nas duas situações houve fatores que limitaram o processo de recriação camponesa, dificultando o acesso ou a permanência na terra, já que esta se tornara mercadoria cada vez mais cara na medida em que o capitalismo se avançava no campo.

Na primeira situação, mesmo as famílias sendo proprietárias das terras onde moravam, estas eram pequenas e insuficientes para sustentar o equilíbrio entre consumidores e trabalhadores, conforme tratado por Chayanov (1974) e isto, aliado ao fato de que não dispunham de recurso para ampliarem suas terras devido, principalmente, ao alto valor de mercado que passaram a ter com a modernização agrícola, foi fundamental para que os interlocutores, adolescentes e jovens naquela ocasião, deixassem suas famílias e migrassem para buscar possibilidades de seguir sendo camponeses, trilhando o percurso de suas trajetórias socioespaciais na busca pela terra.

Um dos interlocutores deu o seguinte relato: “a terra era do meu pai e da minha

mãe. Um **pedacinho pequenininho**. Na verdade mesmo, **não dava!** A **família era grande**, mas a terra era desse tamanhinho! Aí como não ia dando, na época foi esperneando para poder viver. Eu mesmo vim para cá [Jataí] pela primeira vez eu tinha 18 anos” (ENTREVISTADO 8).

Fica estabelecida, por meio deste relato, a relação entre o tamanho da terra e o número de consumidores no interior da família, assim como a dificuldade enfrentada para a reprodução social da mesma em função do desequilíbrio desta relação, fator decisivo para que o interlocutor saísse da sua cidade no Estado da Bahia, deixasse sua família e seu lar, rumando para o Estado de Goiás e, posteriormente, entrando na luta pela terra. Esta situação foi narrada de forma recorrente por todos os interlocutores cujas famílias tinham a propriedade jurídica da terra.

A segunda situação identificada, onde as famílias viviam e trabalhavam em terras alheias, o principal limitador da reprodução camponesa foi a modificação das relações de trabalho promovida pelo avanço das relações capitalistas no campo.

Conforme explica Marques (2000, p. 44), “a fazenda era um território de reciprocidade, um território dominado por relações pessoais como o compadrio, sistema de trocas, dependência, que incluía o espaço de vida camponês” e menciona que “a formação do campesinato brasileiro está relacionada com uma existência dependente, como agregado no interior das grandes fazendas e como posseiro ou sitiante, ocupando pequenas áreas em terras marginais, tanto do ponto de vista econômico como espacial” (p.12).

Esta situação foi recorrente às famílias dos interlocutores. As trajetórias relatadas apontam que 09 deles viveram, com suas famílias, sob esta condição, sendo 06 como agregados, 02 que tomavam terras em arrendo e 01 cuja família vivia como posseira.

Um fator significativo para refletir sobre a reprodução camponesa é o casamento, pois significa a vinculação de novo consumidor (ou novos, quando se têm filhos), esbarrando, novamente, no desequilíbrio do balanço entre consumidores e trabalhadores (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

Considerando que a cultura de apadrinhamento e agregação, prática comum no campo até então, foi sendo suplantada pelas relações capitalistas de produção (assim como tantas outras práticas), os interlocutores, ainda jovens naquela ocasião,

perceberam que teriam dificuldades para se manter e se reproduzir socialmente tal qual seus pais o fizeram, não podendo, principalmente, contrair matrimônio.

Isto se dava pelo fato de que, aos filhos, já não mais era permitido estabelecer relações e práticas que foram acessíveis e comuns aos seus pais, dificultando a permanência nas terras cedidas a estes, o que funcionou não como elemento de extinção do campesinato e sim como mecanismo de expulsão e expropriação, impulsionando a migração camponesa pelo território brasileiro.

Moura (1988) explica que aquelas práticas foram se desfigurando na medida em que a agricultura capitalista foi avançando e acabou por comprometer a permanência da nova geração no campo (o que se estende aos sujeitos pesquisados), pois esta não poderia continuar nas terras onde seus pais moravam e trabalhavam, sendo fator decisivo para que saíssem de casa.

Percebe-se que em ambos os casos, tanto dos camponeses cujas famílias eram proprietárias da terra, quanto daqueles que eram agregados, arrendatários e posseiros, muitos foram os fatores que bloquearam o processo de recriação e continuidade, cujo limite foi a saída da terra, a expropriação. No entanto, eles não tiveram sua existência comprometida, encontrando no processo migratório a alternativa de busca pela terra.

Suas trajetórias são marcadas por muitas migrações e todos ao deixarem seus lares e familiares, uma vez despojados de terra, no processo migratório encontraram as mesmas dificuldades de acesso e permanência na terra.

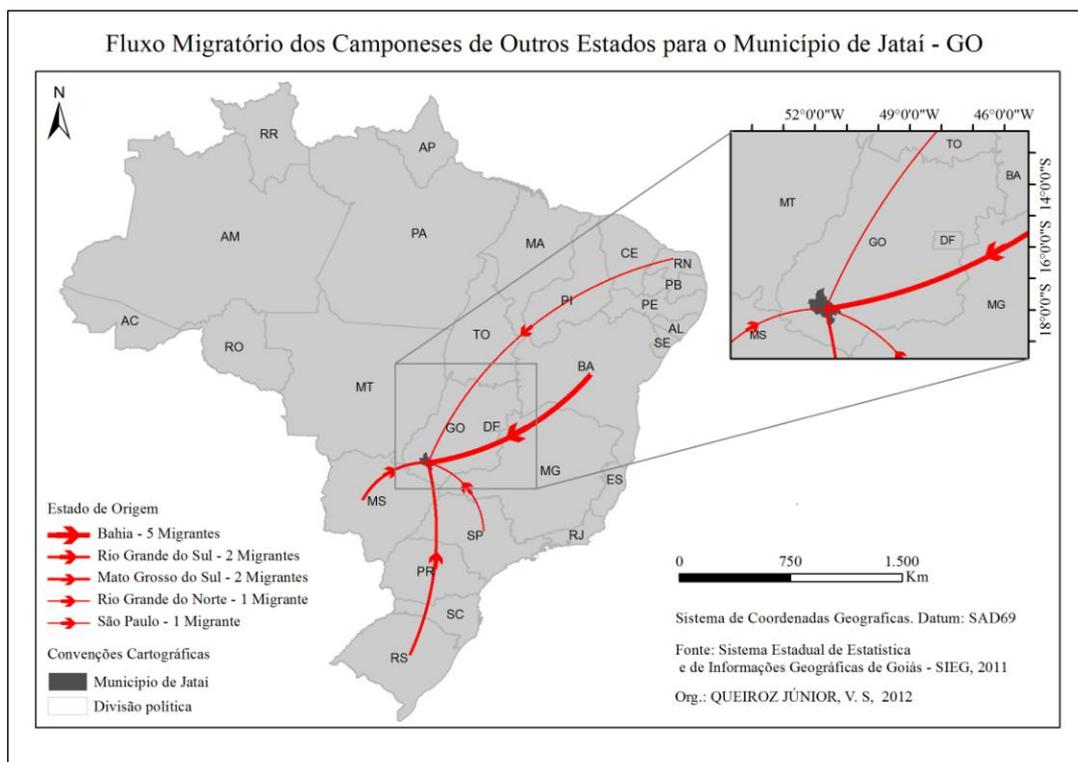
As dificuldades de acesso se deram (e ainda se dão) em função da estrutura fundiária brasileira altamente concentrada, da falta de recursos para adquirir terras e da dificuldade de permanência devido às novas relações de trabalho instituídas pela produção capitalista, com a redução aguda das relações de parceria, agregação e arrendamento com as quais os camponeses se afinizavam.

As trajetórias narradas e a origem geográfica dos interlocutores demonstram que estes problemas não são isolados ou específicos. Evidenciam a realidade agrária e política do Brasil como um todo, passando pela questão agrária, sob a égide da desigual distribuição de terras.

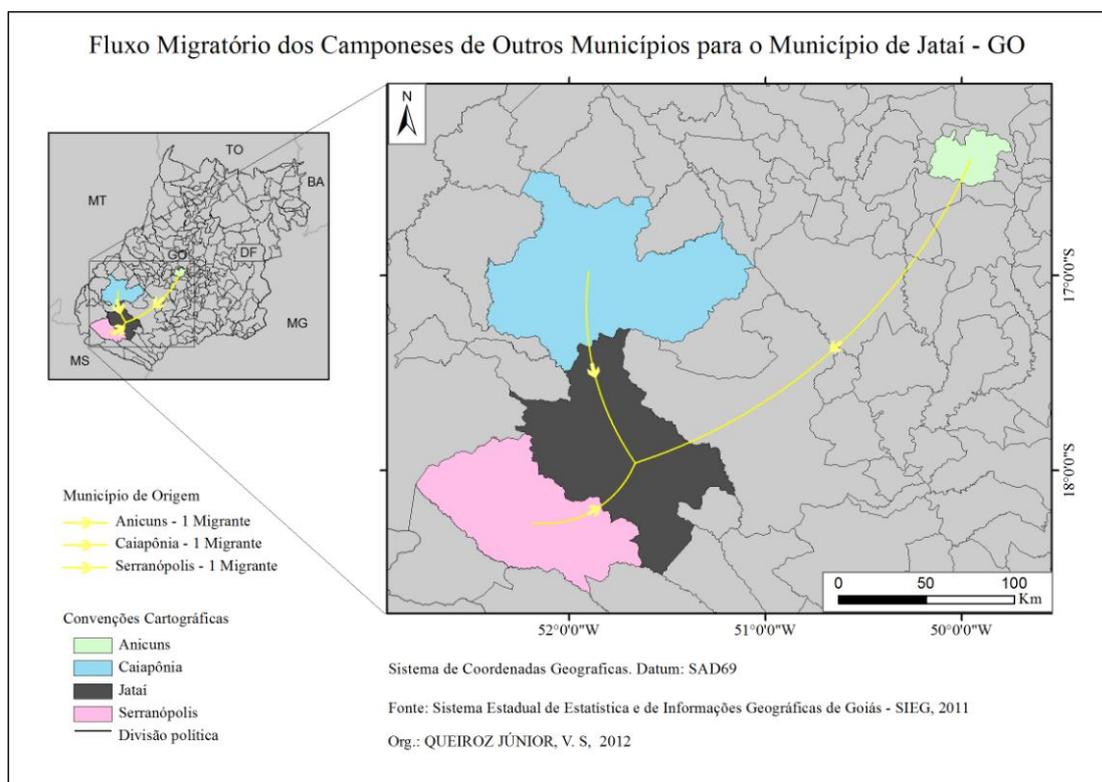
Dos 19 interlocutores que responderam ao questionário, 05 nasceram na Bahia, 02 no Rio Grande do Sul, 02 no Mato Grosso do Sul, 01 no Rio Grande do Norte e 01

em São Paulo, num total de 11 pessoas que iniciaram suas trajetórias socioespaciais em outros Estados. Os demais (08), nasceram no Estado de Goiás, sendo 05 naturais de Jataí, 01 de Caiapônia, 01 de Serranópolis e 01 de Anicuns.

Os mapas 1 e 2, abaixo, ilustram a espacialização dos fluxos interestaduais e intraestaduais dos interlocutores, demonstrando os percursos realizados por estes no território brasileiro. Nota-se que todos possuem em comum a origem camponesa, a (e)migração e a luta pela terra, demonstrando heterogeneidade em relação às suas origens (cidades, estados e regiões distintas). Suas trajetórias socioespaciais trazem à tona a questão da concentração de terras e da expropriação, recorrente no Brasil, sendo enfrentada por camponeses de diferentes lugares do país.



**Mapa 1:** Fluxo Migratório dos Camponeses de Outros Estados para o Município de Jataí – GO



**Mapa 2:** Fluxo Migratório dos Camponeses de Outros Municípios Goianos para o Município de Jataí – GO

### **A segunda fase das trajetórias socioespaciais: convergência das trajetórias socioespaciais e a luta pela terra**

A segunda fase é delimitada pelo período em que há o encontro entre os camponeses pesquisados e a convergência, entre eles, para a luta pela terra, após décadas de buscas e migrações pelo território brasileiro.

É importante ressaltar que nesta fase os camponeses experienciaram diferentes condições de vida e de trabalho. Em sua maioria, moraram na cidade ou viveram migrando de fazenda em fazenda até o momento que entraram na luta pela terra.

Suas trajetórias acompanham a dinâmica estrutural pela qual a sociedade caminha em diferentes momentos históricos. Quando estes camponeses chegaram ao Estado de Goiás, especificamente na sua porção Sudoeste e no município de Jataí, a partir da década de 1970, vivenciaram as transformações espaciais ocorridas em prol da modernização agrícola, o que dificultou ainda mais o acesso a terra nestas áreas de Cerrado, devido à especulação gerada, elevando o valor da terra-mercadoria.

Vale considerar que uma vez instalados neste município não tiveram suas migrações cessadas, tendo vivido em diversas fazendas, se alternando entre a cidade e o campo, como conta o Entrevistado 7: “eu cheguei aqui [em Jataí] dia 17 de fevereiro de 1971. Eu vim para Jataí, fui para rio verdinho. [...] Na época lá [Bahia/Barreiras] tinha a tradição, Goiás é bom e tal. [...] Diz que girava mais capital, tinha mais dinheiro. No caso nosso, por exemplo, nós precisávamos ganhar um dinheiro meio rápido, diz que o Goiás girava mais. Na realidade girava mais mesmo. Aí chegava aqui quem não tivesse uma profissão ia pra roça, pegar pasto de empreita, para roçar, pegar bananal para plantar, para formar, então era um dinheiro rápido. [...] Eu vim primeiro”.

Quando o interlocutor acima menciona que “eu vim primeiro”, ele se refere ao fato de que sua “vinda” precedeu a de seus quatro conterrâneos que vivem atualmente no assentamento pesquisado, que têm suas trajetórias socioespaciais semelhantes à sua, tendo migrado para o município de Jataí impulsionados pela projeção deste no cenário nacional e mundial pela rápida expansão do agronegócio e produção de *comodities*.

Este interlocutor diz que ficou quase um ano morando em uma fazenda, na região do rio verdinho, trabalhando e pegando empreitadas em fazendas vizinhas. Em seguida se mudou para cidade, passando a morar em um cômodo alugado: “aí eu fui mexer com a horta, na beira da cidade, à meia, com os hortaliçeiros” e trabalhava como assalariado em uma cerealista.

Tal qual este interlocutor, os demais (quatro) originários do Estado da Bahia chegaram a Jataí e foram trabalhar como diaristas em fazendas, depois se mudaram para a cidade, estiveram assalariados e começaram a lidar com horta na periferia urbana e, por vezes, o faziam em conjunto, como relata o Entrevistado 8:

eu saí da firma e eu de cada coisa eu faço um pouquinho. Aí o patrão, o filho do dono da cerealista, me levou numa chacarazinha dele para poder fazer um banheiro. Chegando lá achei uma área de terra muito boa, com aguada, eu era invocado a mexer com horta e tinha um colega meu aqui [Entrevistado 2, também da Bahia], ele pegou e falou, ‘vê se você consegue a terra lá, se você conseguir, nós trabalhamos juntos aqui’. Aí eu fui.

Parte dos pesquisados relata que, nesta fase de suas trajetórias, trabalharam de forma assalariada em beneficiadoras e secadoras de grãos, comuns já naquele momento inicial de instalação dos complexos agroindustriais na região (RIBEIRO, 2005). Assim,

as narrativas vão desvelando suas trajetórias socioespaciais, demonstrando como estas foram influenciadas por um contexto socioeconômico no nível macro, ao mesmo tempo em que foram sujeitos ativos no processo de construção do cenário das relações de trabalho e contradições oriundas de tal contexto.

O trabalho assalariado nestas empresas urbanas propiciou o conhecimento e o relacionamento entre muitos dos interlocutores e foi nestes locais de trabalho, por meio da interação entre si, que tomaram conhecimento do movimento de luta pela terra em Jataí.

Considera-se que esta luta emergiu resultante da modernização agrícola, que se consolidou na microrregião Sudoeste de Goiás a partir de articulações intersetoriais e internacionais, com estratégias geopolíticas bem definidas, entre elas, usar o cerrado para produção de *comoditties*. Estiveram envolvidos múltiplos atores, dentre eles camponeses, de diversos lugares do país, agora assalariados rurais e urbanos, reunidos sob a égide da reivindicação de terra.

No estado de Goiás os municípios de Jataí e Rio Verde foram receptáculos das maiores somas de investimentos governamentais para tecnificar a agricultura, por meio de programas como POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados) (FERREIRA, 2001; RIBEIRO, 2005; LEAL, 2006). Como um dos principais resultados deste processo, o êxodo rural promoveu a inversão da população do campo para a cidade, o inchaço destas, o aumento da violência e dos níveis de criminalidade, conforme tratado por Ribeiro (2005).

Foi neste contexto em que se teve a primeira manifestação de luta pela terra que deu origem ao assentamento pioneiro do município de Jataí e um dos primeiros do Sudoeste de Goiás, o Projeto de Assentamento Íris Rezende Machado, conhecido como “Assentamento Rio Paraíso” (KATZER, 2005). O movimento e a ocupação que deu origem a este assentamento foram conduzidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí (STR – J).

Com a constituição deste assentamento, os camponeses, trabalhadores urbanos e rurais, vislumbraram de forma concreta a possibilidade de acessar um “pedaço de chão” e se filiaram ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí (STR-J), como meio de se

agrupar e se mobilizar junto aos demais no processo de luta pela terra, que já estava em andamento na região.

O STR - J foi fundado no dia 24 de abril de 1983, com a presença de um dirigente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) e trezentos e setenta e cinco trabalhadores rurais, todos residentes no município de Jataí.

Este Sindicato atuou em vários municípios da Microrregião Sudoeste de Goiás, tais como Aparecida do Rio Doce, Chapadão do Céu, Perolândia e Jataí. Atualmente, sua base territorial abrange o município de Jataí e Aparecida do Rio Doce.

Logo após a fundação do STR - J, no ano de 1983, houve uma Assembleia Geral no município de Aparecida do Rio Doce com a participação de 243 trabalhadores e o assunto principal era a necessidade da reforma agrária. As dificuldades que mais afligiam os trabalhadores rurais sem-terra, neste período, eram: “salário baixo e falta de assistência médica e jurídica, todavia, com a criação do Sindicato, os trabalhadores mostraram-se animados e confortados para os dias futuros”, conforme anotado no Livro de Atas do STR – J (1983).

No dia 13 de julho de 1984, houve uma reunião no pátio da prefeitura municipal de Jataí da qual participaram cerca de 1500 trabalhadores, membros da FETAEG e presidentes dos sindicatos dos municípios de Mineiros e Santa Helena, quando novamente foi lembrada “[...] a necessidade do trabalhador adquirir seu pedaço de chão, da instalação da Reforma Agrária e a importância da união dos trabalhadores” (Livro de Atas do STR – J, 1984).

A latência destes discursos era embalada pelo contexto do lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária, no ano de 1985, que, de certo modo, gerou expectativas em relação à efetivação da proposta de Reforma Agrária e provocou uma série de ocupações no país. Isto porque tal reforma agrária havia sido preconizada 20 anos antes, quando se aprovou o Estatuto da Terra e somente no ano de 1985 é que houve a possibilidade de que ela saísse do papel e se concretizasse. O que, na prática, não veio a ocorrer.

O fato de ter “saído a terra” que se constituiu no P.A. Íris Rezende Machado, configurou-se no estímulo necessário para que os trabalhadores rurais sem terra da

região, tanto os que trabalhavam no campo, quanto os que estavam assalariados urbanos, se filiassem ao STR - J, com a expectativa de que novas terras “saíssem”.

De acordo com os relatos, houve uma intensa divulgação na cidade por meio do STR, para que os trabalhadores interessados se filiassem. O Entrevistado 7 relata que ele e mais alguns colegas trabalhavam numa cerealista e que “o pessoal do Sindicato ia lá pra falar sobre a Reforma Agrária” para que eles se filiassem e que quando houvesse oportunidade e terras improdutivas eles iriam se organizar.

O Entrevistado 11 diz que trabalhava numa secadora de grãos e que “aí correu o boato lá”, por meio de quatro colegas de trabalho que eram filiados e levavam as notícias do STR. Desse modo, nas trajetórias socioespaciais dos sujeitos pesquisados, dá-se início à luta pela terra ao se filiarem no STR.

As dezenove pessoas pesquisadas, que representam as dezessete famílias do Assentamento Rio Claro, entraram no movimento de luta pela terra por meio do STR - J. Das 17 famílias do Assentamento, 16 são filiadas ao STR – J, cujas filiações se deram em datas compreendidas entre 1983 e 2005, conforme apontado no quadro abaixo.

**Quadro 1: Data de filiação das famílias do Assentamento Rio Claro ao STR - J**

<b>Ano</b>	1983	1986	1992	1997	1998	2000	2002	2005	<b>Total</b>
<b>Nº de filiados</b>	01	01	02	07	01	02	01	01	<b>16</b>

**Fonte:** Dados organizados pelas autoras com base no Livro de Atas do STR-J.

O quadro acima demonstra que Assentamento Rio Claro apenas uma família não é filiada ao STR – J. Das dezesseis famílias filiadas, 04 delas assim já estavam antes da primeira ocupação, que se deu no ano de 1996. As demais se filiaram posteriormente, motivados pela constituição do Assentamento “Rio Paraíso” (Íris Rezende Machado), fazendo com que o ano de 1997 apresentasse o maior número de filiações (07 no total). A intensificação das filiações se deu a partir da divulgação do movimento de luta pela terra por anúncios pelas rádios, informações de amigos e familiares que já estavam acampados e diálogos nos locais de trabalho, sobretudo nas cerealistas e secadoras de grãos.

Em Jataí pode se considerar que o movimento de luta pela terra teve dois momentos bem definidos e marcantes: o primeiro, em 1996, responsável pela ocupação

que deu origem ao Assentamento “Rio Paraíso” (Íris Rezende Machado); e o segundo, iniciado também em 1996, estendendo-se até 1997, no qual os interlocutores estiveram envolvidos e que deu origem a vários assentamentos no município de Jataí e na microrregião Sudoeste de Goiás, dentre eles o Assentamento Rio Claro. Ambos foram articulados pelo STR-J.

A luta pela terra foi um marco nas trajetórias socioespaciais dos camponeses pesquisados e significa o ponto de convergência de suas histórias. O entrevistado 7 narra fragmentos desta história:

juntamos aquele grupo, aquela fazenda estava parada, a gente ia para lá. Aí foi chegando ao conhecimento do sindicato, pelo INCRA, que se houvesse a possibilidade de alguma fazenda estar à toa, podia dar uma observada nela e podia entrar. [...] Fui um dos primeiros. Ainda lembro quando nós, lá na beira do asfalto, na beira da ponte, começamos no dia 02 de agosto, entramos oito horas da manhã. Muita turma. Em 1996. Oito horas da manhã. Nós éramos muitos.

Este relato traduz o significado da luta para os interlocutores, que guardam em suas memórias o ano, o dia e a hora exata em que se deu a primeira ocupação de terra que originou o acampamento e, posteriormente, o assentamento em que vivem.

A primeira ocupação, descrita acima, se deu na Fazenda Cambauvinha, situada às margens da BR 158, no trecho entre Jataí e Caiapônia, resultando na criação do Acampamento Cambauvinha, que chegou a abrigar mais de 500 famílias, conforme relato dos entrevistados e registro em ata das reuniões realizadas pelo movimento.

Era 592 [famílias]. Vinha para cá assim, tinha um forno de carvão do lado de cá [dentro da fazenda], nós estávamos até nesse carvão, dos dois lados da estrada até sair no asfalto [BR 158], aí virava para baixo e ia até querer subir lá, os dois lados [da BR] e virava para lá, tem uma volta logo ali, não tem? Você sai no asfalto e tem uma curvinha, não tem? Ia muito para frente ainda. Era barraco ali, era gente e era gente... (ENTREVISTADO 4).

As informações contidas neste depoimento, embora de difícil visualização para o leitor que não conhece a região, elucida a dimensão espacial daquele acampamento e a extensão territorial que abrangeu, sendo a área descrita equivalente a cerca de seis quilômetros, conforme aferição mensurada durante a pesquisa.

Por ser o acampamento muito extenso, as famílias foram divididas e passaram a ocupar áreas em locais diferentes, pois no local onde estavam não haveria desapropriação que contemplasse todas elas.

Ia dividindo outras áreas. Aí arrumava uma turma e ia. Aqui não cabia todo mundo. Tinha aqueles que iam lá ver, já controlava uma turma e levava para lá, tantas pessoas. [...] Foi aí que o pessoal ia saindo. Uns foram para o Santa Rita [Assentamento no município de Jataí], um punhado, foi lá para aquele Chapadão [se refere ao município de Chapadão do Céu], naquele assentamento que tem lá, o Pratinha. Só na beira desse Rio Verde aí tem uns três assentamentos que saíram daqui. Estavam juntos com nós. Lá para o Montividiu [se refere ao município de Montividiu], lá também foi gente daqui (ENTREVISTADO 5).

No momento desta divisão, o Entrevistado 4 relata que a “turma” que formou o Projeto de Assentamento Rio Claro ocupou uma área na Fazenda Campos Elísios, próximo à BR 158 no município de Jataí. Explica que as ocupações eram constantemente seguidas de despejos: “acampados na beira do [córrego] São Pedro nós pegamos treze liminares: treze ocupações e treze saídas, também” (ENTREVISTADO 4).

Este período marca um estágio conturbado de suas trajetórias, pois enfrentaram dificuldades diversas, como intempéries da natureza, falta de água, condições precárias de moradia, de saúde, de escolas e de trabalho, no entanto, foram motivados pelo desejo de conseguir um “pedaço de chão” e a possibilidade de continuarem a existir na terra, enquanto camponeses.

Merece destaque o modo como os camponeses se referem ao desejo de serem donos da terra, de conseguirem um “pedaço de terra”, “um pedaço de chão”, pois no entender de Bombardi (2004, p. 134), “[...] a possibilidade de poder ter um ‘pedaço de terra’ próprio [...] não significa [...] ter uma propriedade privada em si (propriedade privada capitalista), tanto que se fala em ter um ‘pedaço’, mas pela liberdade que ter a própria terra pode significar [...]”.

Nesse sentido, ter a própria terra representava (e ainda representa), para aquelas famílias não ter que trabalhar para “os outros”, tampouco trabalhar em terras alheias, o que lhes garantiriam o controle do processo produtivo e, principalmente, da autonomia do espaço e do tempo, fundamental para reafirmarem seu modo de vida, para a (re)criação do campesinato de modo geral.

No ano de 1999, as famílias ocuparam a Fazenda Campos Elísios definitivamente, montando o acampamento no local onde já se previa a desapropriação, o que amenizou algumas dificuldades enfrentadas no acampamento na beira da rodovia, lhes dando estímulo para prosseguirem na luta. Mas, ainda enfrentariam várias dificuldades no período de espera para que a área fosse desapropriada.

A morosidade no processo de desapropriação permitiu que, neste período em que esperavam pela imissão de posse, o proprietário arrendasse parte das terras que seriam desapropriadas para o cultivo de grãos. No ano de 2001 a imissão de posse foi expedida pelo INCRA. No entanto, o proprietário recorreu à justiça e conseguiu a reintegração de posse da fazenda, dando início a outro longo ciclo de luta e espera.

Somente no ano de 2006, dez anos depois do início da luta por parte das famílias acampadas, é que o assentamento foi efetivado oficialmente. Mas, como a divisão das parcelas já havia sido feita, informalmente, logo após a primeira imissão de posse (que foi revogada), as famílias já estavam instaladas onde passou a ser as suas devidas parcelas. No entanto, só depois da oficialização, da criação legal do assentamento, é que tiveram a certeza de que não seriam mais despejadas.

Percebe-se que, de modo geral, durante a fase em que as famílias estiveram acampadas foram se consolidando os laços de afinidade, seja porque estavam lidando em grupo para negociações, seja por meio dos plantios comunitários, seja pela socialização dos espaços, recursos e objetos/ instrumentos. As famílias estavam articuladas, em torno de um desejo comum: o retorno a terra.

Isto demonstra que, mesmo após desterrados em lugares e períodos distintos, suas trajetórias socioespaciais convergem, com um ponto em comum no município de Jataí: a luta pela terra, corroborando com a análise de Oliveira (2007, p. 11), de que,

o campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isto tenha que (e) migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e) migrações.

### **A terceira fase das trajetórias socioespaciais: famílias camponesas assentadas no Projeto de Assentamento Rio Claro**

Após a imissão final da posse, em 2006, iniciou-se o processo de divisão e formalização das parcelas e procedimentos burocráticos ditados pelo INCRA, como a numeração dos lotes e a fixação de suas placas de identificação, exigência dos órgãos gestores do assentamento.

A divisão das parcelas e a instalação definitiva das famílias representa o fim da etapa de pré-assentamento. Ao imprimir as suas novas vidas nesta terra conquistada, as famílias camponesas vão transformando o espaço que antes servia ao latifúndio em uma fração de território camponês.

Inicia-se a fase em que os camponeses pesquisados se fixam na terra, agora enquanto donos desta, por meio do processo de reforma agrária. O fato de estarem assentados é fundamental para a recriação camponesa, porém, demanda uma luta cotidiana pela permanência na terra.

Tal permanência enfrenta limitações que dizem respeito principalmente à forma como a constituição de assentamentos é concebida no Brasil, enquanto política governamental de contenção de conflitos por terra, não visando à desconcentração fundiária (COCA e FERNANDES, 2008).

Aly Junior (2005), ao criticar a política de reforma agrária vigente, diz que os assentamentos não são uma ação resolutiva ou um ponto de chegada, representam sim uma ação legal do Estado que gera outros confrontos, como a pressão por crédito, estradas, luz, água, escolas, transporte, assistência técnica, entre outros serviços.

Por isto, as famílias assentadas enfrentam dificuldades em se manter na terra, pois inexistente uma política que vise, a médio e longo prazo, a consolidação e a estruturação dos assentamentos criados.

O entendimento de como tais famílias se estruturam internamente é primordial para compreender como se dá a (re) significação de suas vidas e a apropriação da terra conquistada. A tríade terra-trabalho-família é indissociável no universo camponês e é com base nesta que, aos poucos, eles vão (re)construindo seu modo de vida na terra conquistada

As famílias pesquisadas trazem em si algumas especificidades em relação à arranjo dos membros da família, pois, são compostas, em sua maioria, apenas pelo casal (marido e mulher). Há casos no assentamento em que os homens vivem solteiros e sem filhos, além de uma interlocutora que mora com três filhos jovens e não tem marido.

Isto significa que as famílias dos camponeses do P.A. Rio Claro não são constituídas unicamente pela família conjugal, expressão utilizado por Tavares dos Santos (1978) para se referir à estrutura da família tradicional, composta por pai, mãe e filhos. Vale ressaltar, ainda, que no assentamento, como um todo, residem apenas 09 jovens.

Não há no assentamento casos de ascendentes, mas há dois casos de descendência, em que a mãe reside em um lote dividindo-o com um de seus filhos (recém-casado) e tem um filho e uma filha que possuem lotes no assentamento. Os filhos dos interlocutores, em sua maioria, trabalham e residem no município de Jataí e em outros municípios.

Ao analisar o motivo pelo qual os filhos não residem com seus pais nos lotes, percebe-se que está relacionado às fases iniciais das trajetórias socioespaciais dos interlocutores, tendo em vista que a maioria destes entrou no movimento de luta pela terra com idade entre os 40 e 50 anos de idade, sendo que a minoria possuía menos de 40 anos naquela ocasião (1996).

Isto significa que quando entraram no movimento, vários de seus filhos já haviam se casado e se estabelecido com suas famílias em outros lugares. Por meio das trajetórias socioespaciais (re)contadas pelos interlocutores, nota-se que aqueles, cujos filhos residem no assentamento, são camponeses mais jovens, que tiveram seus filhos depois da entrada na luta pela terra ou pouco antes disto.

Muitos jovens foram morar na cidade, sendo a continuidade dos estudos o motivo alegado, embora a escola rural próxima do assentamento ofereça todos os níveis de ensino. Os pais disseram enviar seus filhos para cidade para que tenham um futuro escolar diferente dos seus, por isso os direcionam às escolas urbanas.

Assim como o êxodo dos jovens, outros problemas são comuns no assentamento pesquisado (como em grande parte dos assentamentos no Brasil), com destaque para a inexistência de maquinários para auxiliar no processo produtivo, o que, segundo os entrevistados, compromete sobremaneira o tempo das famílias e não lhes deixa

momentos livres para outras atividades que permitiriam auferir renda extra, como desenvolver trabalho acessório ou assalariado.

Dentre as famílias pesquisadas este tipo de trabalho só é possível pelas que possuem filhos em condições de auxiliar nas atividades do sítio, liberando, assim, o chefe da família para atividades externas. Apenas em três famílias identificou-se tal possibilidade. Nas demais foram encontradas três situações: a família não tem filhos; os filhos não moram no assentamento; os filhos moram no assentamento, mas não estão em condições de participar da divisão do trabalho, por serem ainda muito pequenos.

O baixo número de crianças, adolescentes e jovens neste assentamento, se comparado aos demais da microrregião, é um dado preocupante, pois aponta que a reprodução social e material daquelas famílias poderá ser comprometida. Estes fatores guardam estreita relação com as condições de permanência na terra e o processo de recriação camponesa nos assentamentos.

A falta do tempo livre, disponível, também pode ser um fator que contribui para o não envolvimento com atividades de cunho político e organizativo, acarretando uma desmobilização interna. As famílias usam este argumento para justificar a ausência e, em alguns casos, a indiferença às questões políticas e coletivas do assentamento. No entanto, acredita-se que este não pode ser considerado o elemento norteador da falta de mobilização política de um assentamento.

A desmobilização verificada dificulta ações que melhorariam as condições de trabalho e de geração de renda, já que poderiam, por exemplo, adquirir em conjunto maquinários e equipamentos coletivos, que beneficiariam a todos, como o resfriador de leite que é uma demanda antiga das famílias.

Destarte, a quantidade e a idade dos membros da família é algo que não pode ser desconsiderado e constatou-se que as atividades produtivas sobrecarregam demasiadamente o casal, que na maioria, já possui idade superior a 55 anos.

Nos sítios pesquisados, a diversificação das atividades produtivas traduz a autonomia em relação ao processo produtivo, pois os sujeitos decidem quais culturas irão “formar”, como serão espacialmente distribuídas, quais serão privilegiadas para o consumo da família e quais serão comercializados.

Percebe-se, por meio das entrevistas e visitas a campo, que alguns alimentos básicos que compõem a alimentação das famílias, como arroz e feijão, raramente são cultivados. Apenas duas famílias os cultivam. Segundo os entrevistados “compensa comprá-los na cidade”, pois estas culturas exigem muita mão de obra. O maquinário, se houvesse, os ajudaria a compensar a falta de “braços” na família para o cultivo destes alimentos.

Já as culturas de mandioca e milho, as hortas, a criação de galinhas e suínos estão presentes em todos os lotes, para o consumo da família e, em muitos casos, para serem vendidos. Ainda, há os quintais, que são ricos pomares, em todos os sítios, com frutas variadas, demonstrando que a diversificação produtiva é significativa no assentamento.

Algumas demandas identificadas na pesquisa envolvem a aquisição de ferramentas e equipamentos de trabalho, suplementos alimentícios para a família e animais, vestimenta, utensílios domésticos e o melhoramento das casas, que, na maioria, ainda estão inacabadas.

A pesquisa apontou, também, problemas com o escoamento da produção como um fator que dificulta a geração de renda e que, por conseguinte, compromete a reprodução social e material das famílias, sobretudo no que diz respeito à permanência dos adolescentes e jovens no assentamento, visto que estes têm demandas próprias da juventude e, ao não tê-las satisfeitas com a renda gerada no sítio, migram para as cidades em busca de trabalho a fim de adquirir os bens que lhes são atraentes.

Os problemas de escoamento resultam da distância do assentamento à cidade (50 km), das condições precárias das estradas e da falta de meios de locomoção para transportarem as mercadorias produzidas, seja para feiras ou para entrega em redes comerciais.

As dificuldades de escoamento da produção, em função dos motivos supracitados, faz com que a principal forma de comercialização seja via programas acessados pela Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e merenda escolar.

A distância em relação à cidade dificulta, também, o acesso das famílias a hospitais e demais equipamentos de saúde, visto que no assentamento não há posto

médico, nem assistência de agentes de saúde. Isto é grave se levarmos em consideração que são poucas as famílias que possuem meios de transporte, o que em casos de emergência pode ser fatal.

Ainda, o Assentamento está localizado em meio a áreas utilizadas para monoculturas de grãos e cana de açúcar, o que acarreta problemas ambientais às famílias assentadas, como assoreamento e contaminação das nascentes e cursos d'água que passam pelo assentamento, pela exposição aos agrotóxicos, que são lançados por equipamentos terrestres e aéreos.

No limite, todos os fatores aqui apresentados envolvem o processo de recriação camponesa, destacamos aqueles mais significativos para elucidar a realidade e as especificidades das famílias pesquisadas, tendo em vista a conformação socioespacial de suas trajetórias e do próprio Assentamento Rio Claro.

Nota-se que, vencida a etapa da luta pela terra e realizado o assentamento das famílias, finda-se o ciclo de migração e a busca pelo "pedaço de chão". No entanto, a labuta pela permanência na terra e pela criação das condições de reprodução da família passa a dar o tom das trajetórias, iniciando-se um novo ciclo, porém, agora, com a garantia da terra de vida e de trabalho.

### **Considerações**

Os problemas oriundos da questão agrária no Brasil são inerentes à formação política e territorial do país e se agravou com a modernização agrícola, cujos reflexos foram verificados nas trajetórias socioespaciais dos camponeses pesquisados.

Com a mudança no cenário agrícola, o acesso a terra se tornou mais difícil para os camponeses sem-terra e/ou com pouca terra, que necessitariam ampliá-la para oportunizar a família condições de trabalho e de vida. Isto provocou desequilíbrio na relação trabalho-consumo das famílias camponesas, impulsionando as migrações.

Fruto deste contexto as trajetórias socioespaciais dos interlocutores se revelaram histórias de (e)migrações em meio ao avanço do capitalismo no campo e das novas relações de trabalho e uso da terra por este impetradas.

Os interlocutores revelam que tiveram afuniladas as possibilidades de acessarem a terra e a permanência nela, para aqueles que lá já estavam, também foi dificultada.

Neste contexto, situou-se o impacto provocado pelas mudanças técnicas na Microrregião Sudoeste de Goiás, com destaque para a eclosão dos conflitos na luta pela terra e como esta emerge em Jataí, convergindo as trajetórias socioespaciais dos camponeses pesquisados.

A luta pela terra que se materializou na Microrregião e no município supracitados teve algumas especificidades, como o desdobramento de dezenas de assentamentos na região oriundos de um único acampamento, a atuação do STR - J e a ausência do MST e da CPT.

Investigou-se como o P.A. Rio Claro foi criado, por meio da reconstituição das trajetórias socioespaciais dos camponeses pesquisados, que, após 10 anos acampados arremataram um ciclo em suas vidas, com o assentamento definitivo no ano de 2006.

A análise pautada após a constituição do assentamento destaca como as famílias vão estabelecendo diferentes relações entre si, enquanto grupo e se estabelecendo na terra, considerando como estão constituídas e como se relacionam com a terra e o trabalho.

Constatou-se que a estrutura familiar dos camponeses do P.A. Rio Claro é composta, em sua maioria, somente pelo casal, tendo apenas três famílias com filhos em condições de ajudar nos trabalhos do sítio e que isto influencia diretamente nas condições de trabalho na terra, sobrecarregando o casal, comprometendo a produção e as relações sociais e políticas do grupo.

Identificou-se alguns problemas comuns às famílias assentadas, tais: senilidade dos chefes de famílias, dificuldade de comercialização, de deslocamento, problemas ambientais, êxodo dos adolescentes e jovens.

A pesquisa buscou analisar um assentamento no Sudoeste de Goiás de forma a dar visibilidade à luta pela terra nesta microrregião, principalmente no município de Jataí, pois este tema tem sido ali abafado por setores ligados ao agronegócio, tanto nas esferas política e econômica, como com reflexos na pesquisa e produção acadêmicas.

## Referências

- ALY JUNIOR, Osvaldo. Políticas públicas e sustentabilidade no desenvolvimento dos assentamentos do estado de São Paulo: um balanço dos anos 2003-2005. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY JUNIOR, Osvaldo (Orgs). **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas** (uma trajetória de 20 anos). São Paulo, INCRA, Superintendência Regional de São Paulo: Copyright, 2005. p. 175-198.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.
- CHAYANOV, Alexander Vasilievich. **La organización de la unidad campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. (Traduzido por Rosa María Rússovich)
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos**. Goiânia: s.n., 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), 2010.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A atualidade da questão agrária brasileira: uma discussão sobre os conceitos de reforma agrária e sobre a tipologia de assentamentos rurais**. IN: Revista ABRA, Vol. 35, jan./dez. 2008, p. 21 – 40.
- DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório 2008**. Presidente Prudente: FCT/ UNESP, São Paulo, 2008.
- FERREIRA, Débora Ferguson. **Análise das transformações recentes na atividade agrícola da região sudoeste de Goiás. 1970/1995-6**. 2001. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. (Tradução: Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho)
- KATZER, Rosália Teresinha. **Da labuta para a conquista da terra aos labirintos da sojicultura: um olhar sobre o Assentamento Rio Paraíso, em Jataí (GO)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), 2005.
- KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. PORTO: Portucalense Editora, 1972. Tradução de João Antunes.
- LEAL, Cátia Regina Assis Almeida. **Arapuca armada: ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do sudoeste goiano**. 2006. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Tradução de José de Paulo Netto.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO**. 2000. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, Dinalva. Donizete. **Agricultura “caificada” no Sudoeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus sócio-ambiental**. 2005. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 5, p. 1-21, jul/dez 2005.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JATAÍ/ SRT –J. **Livro de Atas (1983 a 2010)**.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

Recebido em 26/11/2011 Aceito para publicação em 27/05/2012.
---